

ID: 112960046

05-09-2024

## ● ENTREVISTA



Paula Franco é a Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados desde 2018. FOTO ARQUIVO/LEONARDO NEGRÃO /GLOBAL IMAGENS

AS REDUÇÕES DAS  
RETENÇÕES DEVEM  
ESTAR ALINHADAS  
COM A REDUÇÃO DAS  
TAXAS DE IRS

FRANCISCO JOSÉ CARDOSO  
fcardoso@dnoticias.pt

A Bastonária da ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), Paula Franco, concedeu uma curta entrevista ao DIÁRIO, onde aborda a redução das taxas de IRS que, para muitos contribuintes vai ser como um 'bónus', para a maioria, inesperado. Mas como tem vindo a alertar, é dinheiro que vai entrar nas contas dos trabalhadores portugueses, mas que terão de entender que não será para durar. Paula Franco, que foi reeleita recentemente a novo mandato (ver destaque), procura também analisar o impacto junto dos contribuintes madeirenses, que sentiram as mexidas que o Governo Regional fez nas tabelas de IRS, aplicando pela primeira vez o diferencial de 30% face ao que a generalidade dos contribuintes portugueses paga.

Como analisa a OCC a redução das ta-

# “NÃO ME PARECE QUE TENHA CARIZ ELEITORALISTA” A MEXIDA NO IRS

Paula Franco

ID: 112960046

05-09-2024

belas de retenção na fonte em Setembro e Outubro? As reduções das retenções na fonte têm por objectivo estar alinhadas com a redução das taxas de IRS que vão ser aplicadas aos rendimentos de 2024, bem como com as actualizações ao valor das deduções específicas do IRS. Além disso, como estamos a reflectir o impacto das retenções que foram feitas nos últimos 8 meses, o impacto até ao fim do ano é significativo. De todo o modo, convém notar que as retenções são apenas imposto por conta do IRS devido a final, pelo que entende-se que foi com este alinhamento que as novas tabelas foram desenvolvidas.

Esta medida tem sido criticada – inclusive pela própria OCC –, por não ser oportuno, por ter cariz mais eleitoralista e, inclusive, poder prejudicar os contribuintes. Para que serve a final esta redução? Quando a OCC disse que não era o oportuno referia-se à retroactividade pura, isto é recalcular todos os salários dos meses anteriores. O modelo aprovado de alterações das retenções na fonte minimiza o impacto nos custos das empresas.

Não me parece que tenha cariz eleitoralista, antes pelo contrário, quando os contribuintes receberem mais dinheiro em Setembro e Outubro e, depois, em Novembro voltarem a receber menos, muitos contribuintes que não acompanham as notícias podem, eventualmente, pensar que

subiram os impostos.

Esta redução serve para acompanhar a descida das taxas de IRS, isto é, que produzam um efeito de maior aproximação entre o imposto devido a final e o retido.

Aliás, essa aproximação do im-

posto final com o retido já foi visível no IRS de 2023, que agora está a ser liquidado.

Se continuar a ser desenvolvido esse modelo de aproximação, os contribuintes passam a ter um salário líquido superior para o mesmo salário bruto. Mas deixam de contar com o reembolso no ano seguinte ou, pelo menos, com um reembolso tão elevado.

Portanto, a redução serve para esse fim de aproximação do imposto retido ao imposto devido.

Entretanto, em 2025, deverá haver novas tabelas, juntamente com o Orçamento de Estado. O que espera destas novas tabelas, tendo por base esta redução extraordinária referida? Provavelmente vai continuar essa aproximação do imposto final com o retido.

Vamos ver se também se mantém a descida gradual das taxas do IRS que tem vindo a ser feita nos últimos anos.

Olhando mais para o contexto regional, na Madeira está prevista uma baixa do IRS, prevista no Orçamento da Região para 2024. Vai ser aplicado o diferencial fiscal de –30% até ao 5.º escalão, havendo o compromisso de englobar todos os escalões até ao fim da actual legislatura. Como analisa esta medida, sendo certo que à medida do Estado, acresce a medida do Governo? Importa ter em conta que o IRS é uma receita regional. Logo, a sua redução traduz uma visão política – e apenas política – sobre o peso da receita fiscal gerada por este imposto. A redução da taxa do IRS tem de ser complementada com a visão orçamental,



## VEREMOS SE SE MANTÉM A DESCIDA GRADUAL DAS TAXAS DO IRS FEITA NOS ÚLTIMOS ANOS

### A DISCUSSÃO SOBRE PAGAR MENOS IMPOSTOS TEM SIDO FEITA POR PEQUENOS AJUSTES DE TAXAS

logo tem de ser gerida em função das demais fontes de receita e com a gestão da despesa.

Mas nestas reduções, entre 9% a 1%, também estão incluídos os restantes escalões de rendimento colectável. Dada a natureza progressiva do IRS, a diminuição irá reflectir-se nos restantes escalões através da taxa média ou parcela a abater. É uma medida pedida há muito, prevista inclusive no Estatuto Político-Administrativo. Podia ter sido há mais anos? Como referido, é um caminho que se vem fazendo, acentuado a partir de 2023. A estas opções não são alheios os demais fenómenos macroeconómicos: inflação e taxas de juro altas, que fazem diminuir o rendimento líquido.

Atendendo ao quadro já publicado pelo Governo Regional, acredita que os

contribuintes e a generalidade dos consumidores madeirenses terá um final de 2024 e 2025 com mais dinheiro no bolso? O rendimento líquido não depende apenas do efeito fiscal. A manutenção da inflação e taxas de juro altas, além das dificuldades de acesso à habitação e outros factores externos à fiscalidade podem reduzir o efeito da descida dos impostos e do dinheiro no bolso.

Que outras medidas poderiam ser implementadas, na óptica da OCC para, num plano mais a longo termo, Portugal e a Madeira, me particular, pagarem menos impostos, nomeadamente aquela dependente do seu trabalho? A redução da carga fiscal sobre o trabalho dependente tem de ser acompanhada das habituais receitas clássicas das finanças públicas: ou aumentam as taxas dos outros impostos (sobre o consumo, a despesa, o património), ou diminuem as despesas ou aumenta a arrecadação da receita fiscal por via da atracção de investimento estrangeiro, residentes de elevado património em situação de mobilidade internacional, maior actividade económica, ou uma combinação de todas estas receitas. Não há nada para inventar, quando muito há receitas que, em cada momento, podem ser combinadas de forma a gerarem os efeitos positivos pretendidos.

Portugal continua a ser dos países da OCDE com maior taxa de esforço fiscal sobre o trabalho dependente e o modelo económico das últimas décadas tem apostado neste aspecto, pelo que a discussão que possa existir sobre pagar menos impostos não tem passado por reformas estruturais, mas por pequenos ajustes de taxas, aumento da complexidade do IRS e uma enorme dificuldade do cidadão comum em fazer escolhas com base em legislação extraordinariamente inacessível e em constante alteração.



#### OBJECTIVOS PARA A OCC ATÉ 2028

Quando apresentou a sua recandidatura para mais um mandato à frente da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco estabeleceu um conjunto de premissas para cumprir junto desta classe que, para o comum dos cidadãos, é das mais especializadas na matéria fiscal e uma das maiores ordens profissionais do país, com cerca de 68 mil membros. “Há seis anos, quando assumi a função de Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados tinha uma visão para a profissão. Queria construir uma profissão com mais interesse público, reforçado valor acrescentado, mais união, mais orgulho em si, mais reputação e que melhores condições desse aos contabilistas certificados”, escrevia em Março. A 21 de Junho, a sua lista seria eleita para o mandato 2025-2028. Contudo, não deixava de recordar o trabalho desenvolvido “de for-

ma persistente, humilde, positiva, altruísta, independente e estratégica, eu e a equipa que tenho o orgulho de liderar nos últimos seis anos, conseguimos mobilizar uma classe profissional. Unidos, em torno de uma causa em comum, conseguimos ultrapassar tremendos obstáculos, como uma revolução digital, uma pandemia, uma crise inflacionária e um voraz ataque aos nossos actos próprios para construirmos uma profissão que há seis anos idealizava”, lembrou. Assim, além dos feitos alcançados, nomeadamente ser a “Bastonária e contabilistas certificados como os mais mediáticos em matérias económicas e financeiras e com o maior índice de favorabilidade entre todas as profissões reguladas” e a “Bastonária com o maior índice de isenção e imparcialidade técnica e política, actuando sempre na defesa da profissão, dos

profissionais e do seu interesse público”, propõem-se, entre outras acções:

- Implementação do novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados;
- Disponibilizar o Livro da Contabilidade;
- Reformular profundamente os sistemas informáticos da Ordem, nova PastaCC, novo SICC, melhor site e app;
- Promoção por justos valores dos honorários cobrados pelos contabilistas certificados;
- Regulamentar e implementar o processo de certificação de qualidade, sempre de cariz pedagógica e não sancionatória, para elevação dos padrões de qualidade da profissão;
- Reforçar o projecto “Guia de Boas Práticas Profissionais”;
- Alteração da regulamentação do SAF-T (PT);
- Regulamentação do contabilista

certificado público em sede de SNC-AP;

- Promover por um sistema fiscal mais simples, organizado e promotor de crescimento económico, social e ambiental;
- Desenvolver ferramentas de inteligência artificial de apoio aos membros;
- Aumentar a presença da Ordem nas redes sociais e nos meios de comunicação social, promovendo a marca da Ordem e consequentemente o trabalho, competências, qualificações e valor dos contabilistas certificados;
- Reformular profundamente o novo site e App da Ordem;
- Dinamizar uma agenda cultural digital da Ordem
- Adaptação de todos os procedimentos internos necessários para a imediata entrada em vigor das novas regras de inscrição estágio exame profissionais, garantindo uma agilização dos caminhos de

acesso à Ordem sem prejudicar a qualidade técnica e o rigor ético dos candidatos;

- Garantir e apoiar toda a academia na adaptação às novas regras;
- Criar um gabinete de mentoria para novos contabilistas certificados;
- Manter a aposta em programas de atracção de novos talentos para a profissão;
- Organização de eventos e projectos para promoção da literacia financeira;
- Reforço da imagem, interesse público e valor do profissional e da contabilidade;
- Promoção do contabilista certificado como agente activo da sociedade civil.

Eleita a 21 de Junho por 97,35% dos 18 mil votantes, a OCC é representada na Região Autónoma da Madeira por João Manuel dos Ramos e Ana Margarida Brazão Escórcio.